

**EXAME DE ORDEM
ABRIL / 2006**

2ª ETAPA

DIREITO TRIBUTÁRIO

Peça Profissional

A União Federal, por meio da Lei ordinária nº. 200.000, publicada no DOU de 14/03/2006, criou nova Contribuição destinada ao custeio do Programa Nacional de Habitação (PNH), que tem por objeto a construção de casas populares, que serão doadas ou vendidas a preços módicos, àqueles cidadãos que ainda não possuem casa própria.

O fato gerador da contribuição é a propriedade de imóvel situado no perímetro urbano do Município. A base de cálculo seria o valor venal do imóvel. Os contribuintes seriam os proprietários de imóveis situados na zona urbana do Município.

Tendo em vista a necessidade de determinação do custo inicial do Programa Nacional de Habitação, o Presidente da República, através do Decreto nº. 15.000/06 estabeleceu que a alíquota aplicável nos primeiros dois anos da exigência seria de 3%, sendo reduzida para 1,5%, a partir do terceiro ano.

A periodicidade de exigência da contribuição é semestral, sendo devida nos dias 30/06 e 31/12.

A Lei 200.000/06 estabelece que a contribuição será exigida a partir de 30/06/2006, tendo em vista o transcurso do prazo de 90 dias, estabelecido no § 6º do art. 195, da CF/88.

O Sr. Vinícius de Moraes é proprietário de vários imóveis situados no perímetro urbano do Município de Belo Horizonte, mas não tem condições econômicas de efetuar o pagamento de mais esse tributo.

Todavia, o Sr. Vinícius de Moraes não pode, simplesmente, não recolher a contribuição em questão, uma vez que necessita de certidão negativa de débitos, junto à Secretaria da Receita Federal, tendo em vista as vendas regulares de imóveis que compõem o seu patrimônio, no contexto de suas operações imobiliárias.

O Cartório de Registro de Imóveis condiciona o registro da operação de compra e venda de imóvel, à apresentação das certidões negativas de débito ou de positiva com efeito de negativa.

Nesse contexto, o Sr. Vinicius de Moraes o procura. Elabore a peça processual cabível, que possibilite ao seu cliente o questionamento da exigência, bem como garanta a sua regularidade fiscal, relativa à obtenção de certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa.

Questões Práticas:

Direito Tributário

1ª Questão: Nas vendas financiadas pelo cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento compõem a base de cálculo do ICMS? Essa situação se alteraria se o próprio estabelecimento comercial concedesse o financiamento incluindo os encargos no preço da mercadoria? Justifique.

2ª Questão: O Sr. Joaquim preencheu a Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas relativa ao ano-base 2005, sem considerar as despesas médicas relativas à colocação do seu marca-passo. Em virtude desse fato, o Sr. Joaquim pagou imposto de renda a maior quando da entrega da declaração anual de ajustes em 30/04/2006. Qual o prazo assinado ao Sr. Joaquim para requerer em juízo a restituição da importância paga indevidamente?

3ª Questão: A empresa Lucrativa Ltda. adquiriu estabelecimento comercial, em processo de falência. Sendo assim, ela responde pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido? Caso fosse detectado que o sócio majoritário da empresa Lucrativa Ltda. é irmão do devedor falido, esse fato alteraria a situação? Justifique.

4ª Questão: Sob o pretexto de que os representantes comerciais são, na verdade, empregados, o INSS autuou determinado contribuinte exigindo a contribuição sobre a folha de pagamentos (art. 195, I, a, CF/88), exigida sobre os valores pagos aos representantes comerciais como se essas verbas tivessem natureza salarial. O procedimento adotado pelo INSS está correto?

5ª Questão: A entidade de assistência social “Amigas de Deus” dedica-se ao atendimento assistencial de idosos carentes, que são abrigados em suas dependências. Tendo em vista a necessidade de obtenção de recursos a serem aplicados no objetivo institucional da entidade, a mesma, através de deliberação de sua assembléia, houve por bem alugar algumas dependências a idosos, cujas famílias possuíam condições econômicas de pagar o aluguel mensal equivalente a R\$ 1.500,00, incluídos nesse preço os serviços de assistência médica.

Diante desse contexto, pergunta-se:

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) podem incidir sobre os valores dos aluguéis recebidos pela entidade “Amigas de Deus”? Fundamente.

EXAME DE ORDEM

ABRIL / 2006

2ª ETAPA

DIREITO E PROCESSO CIVIL

Peça Profissional

COMÉRCIO ZYP LTDA., com sede na cidade de Uberlândia-M.G, é locatária de um prédio de dez andares, não residencial, situado em Uberaba- M.G. A locação vigora por prazo determinado, com contrato escrito de cinco anos, sem cláusula de eleição de foro. O valor mensal da locação, hoje, é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

No momento em que a locação chega, agora, no início do terceiro ano, o locador JUCA CIPÓ (brasileiro, casado, comerciante, residente em Belo Horizonte), tendo recebido proposta pela venda, objeto da locação, tentou, sem êxito, retomar o prédio. O locador, contrariado, passou a dificultar o recebimento dos aluguéis, injustificadamente.

Em março de 2006, antes da data determinada para o pagamento do aluguel daquele mês, um funcionário da locatária foi até a imobiliária responsável (Imobiliária Bons Imóveis Ltda.) pelo recebimento. No local, diante de testemunhas, houve a recusa ao recebimento, ao argumento de que o locador havia dito para "não receber", pois não se interessava pela continuidade da locação.

No dia seguinte, data do vencimento da obrigação, a locatária fez o depósito da quantia no Banco do Brasil, em conta com correção monetária à disposição do locador. De imediato o locatário comunicou o locador, por carta com aviso de recebimento, assinando-lhe o prazo de dez dias para manifestação.

Ocorre que o locador manifestou, dentro do prazo, recusa expressa, aos fundamentos de que não lhe interessa a continuidade da locação, além do fato da proposta recebida pelo imóvel ser irrecusável, o locatário ter tido a preferência e o valor da locação estar defasado.

Diante disso, sabendo que ainda não transcorreu o prazo de trinta dias do recebimento da recusa, fazer a peça para o ajuizamento da ação que entender cabível.

É permitido inventar dados necessários à elaboração da peça, sendo defeso inventar fatos.

Questões Práticas: Direito e Processo Civil

1ª Questão: Joaquim, empresário, adquiriu um carro para sua empresa, financiado e alienado em garantia ao banco mutuante. Passados dois anos da compra, veio a se descobrir um defeito de fábrica não oculto e de fácil constatação num dos mecanismos secundários do motor. No contrato havia cláusula de garantia de um ano. Havia ainda no contrato cláusula eximindo o vendedor de boa-fé da responsabilidade por vícios de qualquer natureza. Diante do problema, que poderá fazer Joaquim? Justifique.

2ª Questão: Maria tomou \$10.000,00 emprestados junto ao Banco XY. O contrato de mútuo exigia que Maria abrisse uma conta no banco mutuante e realizasse um seguro para o caso de inadimplemento. Maria, num primeiro momento, aceitou as imposições do contrato, mas, posteriormente, questionou-as, alegando, em relação ao seguro que não havia lido a cláusula com a devida atenção. O Banco se defendeu. Quem tem razão? Justifique.

3ª Questão: Godofredo, grande produtor de soja, para escoar sua produção por via fluvial, tinha que passar pelas terras de Felizmino, essa sendo a única possibilidade de passagem. Este, alegando que o trânsito em suas poucas terras lhe trazia enorme gravame, decidiu impedir a passagem. Como solucionar a questão? Justifique.

4ª Questão: João e Manoel, sócios de empreendimento irregular no interior do norte de Minas Gerais, compraram máquina agrícola a prazo da Empresa XX. Durante a execução do contrato, Manoel morreu, deixando dois filhos menores. Um tinha 17 anos, e o outro, 16; ambos empregados em uma empresa, com salários entre \$1.000,00 e \$2.000,00. O inventário de Manoel já havia sido encerrado. O pagamento das parcelas da máquina era efetuado, um mês por João, o outro por Manoel. No mês em que este deveria realizar o pagamento, a viúva, mãe dos menores, mandou um empregado seu efetuá-lo. Descobriu-se,

depois, que o indivíduo que recebera o pagamento, como costumeiro, não era mais representante da credora, e que esta anunciara na primeira página do jornal “Extra” de São Paulo a revogação da representação. A Empresa XX, diante do inadimplemento, decidiu-se por acionar João, cobrando a prestação devida? Este, é óbvio, se defendeu. Quem tem razão? Justifique.

5ª Questão: Abelardo morreu, deixando apenas dois parentes vivos: um tio, irmão de sua mãe, e um sobrinho, filho de seu irmão. Quem herdará os bens deixados por Abelardo? Qual quinhão caberá a cada herdeiro? Justifique.

EXAME DE ORDEM

ABRIL / 2006

2ª ETAPA

DIREITO E PROCESSO PENAL

Peça Profissional

Jorge Mattos, funcionário público estadual, conhecido por seus amigos como excelente motorista, no dia 25 de novembro de 2005, dirigia seu veículo esportivo pela Av. do Contorno a 100 Km/h durante a madrugada, sem permissão ou habilitação para direção de veículo automotor, quando, ao ultrapassar um semáforo vermelho, colidiu com outro veículo, vindo a lesionar Anabella de Castro, que ficou parálitica. Imediatamente, uma pessoa no local acionou o SAMU, que prestou atendimento à vítima, encaminhando-a ao Hospital de Pronto-socorro. Antes da chegada da Polícia Militar, Jorge ausentou-se do local dos fatos, deixando o número da placa de seu veículo com o motorista da ambulância do SAMU.

A Polícia lavrou um TCO, oportunidade em que foi requisitado o exame pericial, capitulando o fato nos artigos 303, 305 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), sendo distribuído ao Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte e designada audiência preliminar. As partes foram intimadas sendo que apenas Jorge compareceu. O Promotor de justiça ofereceu proposta de transação, sendo prontamente recusada pelo autor do fato. Denunciado pelos fatos acima narrados como incurso nas sanções dos artigos 303, 305 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro, foi regularmente citado, apresentou defesa prévia.

Na audiência de instrução e julgamento, ocorrida em 28 de abril de 2006, o promotor solicitou o adiamento da audiência pois a vítima não tinha comparecido ao fato o que foi negado pelo juiz ante a demonstração de que esta foi

regularmente intimada da audiência preliminar, bem como da presente audiência. Logo após foram ouvidas as testemunhas, os policiais militares que participaram da ocorrência policial e duas testemunhas do acusado para comprovar seus antecedentes, e o acusado foi interrogado. Em seu interrogatório, o acusado narrou o fato, ressaltando que a vítima se encontrava atravessando a avenida em um local em curva, distante da faixa de pedestre e que ela parecia estar embriagada. Também justificou sua saída do local do acidente, pois estava em um local, era de madrugada, que a pessoa que tinha chamado o SAMU foi imediatamente embora, que entregou ao enfermeiro um papel com o número da placa, pelo qual a polícia o localizou, que não possui mesmo habilitação para conduzir veículos automotores. As alegações finais foram feitas oralmente pelo MP e defensor público, tendo o juiz proferido sentença em audiência, cientificando as partes.

Na sentença o juiz dispensou o relatório, sustentado no TCO e no depoimento dos policiais, condenou o réu pelos crimes previstos nos artigos 303, 305 e 309 do CTB, em concurso material, a pena privativa de liberdade de 2 anos de detenção, substituída por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviço à comunidade por igual prazo.

Você foi contratado, hoje, por Jorge para assumir a causa. Produza a peça processual cabível com o seu completo encaminhamento.

Questões Práticas:

Direito e Processo Penal

1ª Questão: Durante o mês de abril de 2006, o juiz criminal competente, a quem foi oferecida denúncia contra José Luis Silva por crime previsto no artigo 12 da Lei 6.368/1976, recebeu-a sem observar a regra prevista no artigo 38 da lei 10.409/2002, ou seja, sem conceder ao acusado a possibilidade de responder, por escrito, à acusação, antes da aludida decisão de recebimento da denúncia. Pergunta-se: tal decisão é suscetível de impugnação pelo advogado de José Luis? Se for, qual meio deve ser utilizado para esse fim? Justifique sua resposta.

2ª Questão: Renato A. de Oliveira, Oficial de Justiça de determinada Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, não conseguiu cumprir a ordem de penhora de bens proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da aludida Vara, contra Gilmar R. Campos, que estava sofrendo um processo de execução por quantia certa, porque Gilmar negou-se a permitir o ingresso do Oficial de Justiça em sua residência, trancando as portas, apesar de ter lido a ordem de penhora que o funcionário portava e de tê-lo reconhecido como Oficial de Justiça. Em face do ocorrido, Renato comunicou o fato ao Meritíssimo Juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento, a qual foi prontamente expedida. Assim, Renato de Oliveira retornou à residência do Sr. Gilmar R. Campos, desta vez acompanhado de mais um Oficial de Justiça, o Sr. Manoel da Silva, e de duas testemunhas, e após

solicitar em vão, mais uma vez, a sua cooperação, arrombou a porta da casa, nela adentrando, com o intuito de cumprir o mandado expedido. Foi, contudo, surpreendido por Gilmar, que deu-lhe uma violenta paulada na cabeça e soltou sobre ambos os Oficiais de Justiça dois cães, que os morderam ferozmente, obedecendo às ordens do dono. Desta forma, Gilmar conseguiu retardar a ação da Justiça, mas foi processado criminalmente por resistência (artigo 329, parágrafo 1º, C.P.) e pelas lesões corporais graves que produziu nos dois funcionários públicos, os quais ficaram impossibilitados de exercer suas ocupações habituais por mais de trinta dias (artigo 129, parágrafo 1º, C. P.). Alegou, porém, ter agido em legítima defesa, preservando a inviolabilidade do seu domicílio e a integridade do seu patrimônio. Sendo certo que, em todo o episódio, os Oficiais de Justiça comportaram-se rigorosamente de acordo com o disposto no Código de Processo Civil, que permite o arrombamento de portas, móveis e gavetas no caso de resistência, por parte do devedor, ao cumprimento da ordem de penhora de bens, desde que tal providência seja determinada por Autoridade Judiciária, como o foi, pergunta-se: procede a alegação de legítima defesa? Justifique sua resposta.

3ª Questão: Arnaldo Silva, ex-namorado de Josilene França, mulher de vinte e um anos, ao saber que ela havia começado a namorar Manoel Pereira, decide levá-la para sua casa, à força, com a intenção de com ela praticar atos sexuais, imaginando que, dessa forma, poderia reconquistá-la. Determinado, posta-se em frente a casa dela e, tão logo Josilene chega do trabalho, ele se aproxima, dizendo que quer que ela o acompanhe até sua casa, para eles conversarem e relembrem os “velhos tempos”. Josilene responde que não tem mais nenhum assunto para tratar com Arnaldo, e pede que ele vá embora. Arnaldo, entretanto, insiste, e diante das sucessivas negativas de Josilene, segura-a pelo braço e começa a puxá-la para o interior de seu veículo. Josilene reage, conseguindo soltar-se, e tenta fugir. Arnaldo, então, torna a segurá-la e, desferindo-lhe tapas e empurrões, consegue colocá-la em seu carro, conduzindo-a em seguida, amarrada, para sua casa, situada a cerca de vinte minutos dali. Ao estacionar o carro, contudo, é surpreendido pela ação da polícia, que o prende em flagrante. Constatou-se que das violências praticadas resultaram leves escoriações em Josilene. Tendo em vista o exposto, pergunta-se: a conduta praticada por Arnaldo constitui infração penal? Em caso positivo, por qual ou quais infrações penais o agente responderá? Justifique sua resposta.

4ª Questão: João da Silva, pintor, recebeu de Pedro, seu amigo, um cheque por ele assinado em branco, que deveria ser usado por João para o pagamento do conserto do seu carro, que havia sido danificado, dias antes, por Pedro. Assim, João recebeu autorização de Pedro, que iria ausentar-se da cidade durante três semanas, para preencher o referido cheque, previamente assinado, com o valor que a oficina lhe cobrasse pelo conserto do veículo, devendo usá-lo para o pagamento da aludida despesa. Ocorreu, contudo, que havendo sido cobrada de João a quantia de mil e quinhentos reais pelos reparos realizados em seu

automóvel, ele, visando obter vantagem econômica, preencheu o valor a ser pago, no cheque recebido, com a quantia de quatro mil reais, depositou tal cheque em sua própria conta-corrente e emitiu um cheque seu, no valor de mil e quinhentos reais, para pagar a oficina. Posteriormente, telefonou a Pedro e disse-lhe que já havia pago o conserto e que o mesmo havia custado quatro mil reais. Sabendo-se que, efetivamente, os cheques foram compensados e João embolsou a diferença aludida, de dois mil e quinhentos reais, pergunta-se: a conduta praticada por João constitui infração penal? Em caso positivo, qual ou quais, e em que penas ele incorrerá? Justifique, detalhadamente, sua resposta.

5ª Questão: Caio J. B. da Silva, Juiz de Direito, tendo recebido do escrivão, conclusos para sentença, os autos de um processo criminal que tramitava na Vara em que era Titular, somente profere sentença nos referidos autos um ano após a data da conclusão, tendo excedido em tanto tempo o prazo legal fixado para a prática do aludido ato processual em razão de inimizade ao procurador do réu. Pergunta-se: a conduta de Caio da Silva constitui infração penal? Em caso positivo, qual ou quais? Justifique sua resposta.

2ª ETAPA

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Peça Profissional

Você foi procurado no dia 23/11/05 em seu escritório de advocacia por José Eugênio Gênio, que lhe mostrou a sentença abaixo transcrita e lhe perguntou qual seria a providência cabível, pois não concordava com a decisão. A ação foi por ele ajuizada em 16/07/05, através do serviço de atermção da Justiça do Trabalho. Conforme comprova o protocolo do correio, foi a cópia da decisão expedida em 16/11/05, e por ele recebida em 17/11/05, quinta-feira. Elabore a peça processual cabível informando, expressamente, em seu texto, os seus pressupostos de admissibilidade.

6ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM

Ata de Audiência relativa ao Processo nº 03456-2005-405-03-00-0

Aos 11 dias do mês de novembro 2005, às 16:00 horas, na sede da 6ª Vara do Trabalho de Contagem, sob a Presidência do MM^o Juiz do Trabalho, realizou-se a audiência de julgamento da reclamação trabalhista ajuizada por JOSÉ EUGÊNIO GÊNIO em face de CAATINGA PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.

Aberta a audiência, foram, de ordem do MM^o Juiz, apregoadas as partes, ausentes.

A seguir, passou-se a proferir a seguinte decisão.

1 - RELATÓRIO

JOSÉ EUGÊNIO GÊNIO, qualificado à fl. 03, propôs ação trabalhista em face de CAATINGA PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA., afirmando que laborou de 15/07/99 a 10/05/05, como operador de máquinas, sendo que sua CTPS somente foi assinada em 15/07/00. Alegou trabalho em sobrejornada devidamente consignada nos cartões de ponto, porém não quitadas pela reclamada. Aduz que trabalhava em condições insalubres, consistente em aplicação de venenos e exposição a ruído. Por fim, afirma que se encontrava em período de estabilidade quando de sua dispensa, devido a acidente de trabalho sofrido na empresa.

Requeru a intimação da reclamada para apresentação dos cartões de ponto, sob as penas da lei.

Juntou os seguintes documentos: comprovante de recebimento de auxílio-doença acidentário, comprovante de alta médica do INSS datado de 30/04/05, recibo de salário referente ao mês de janeiro de 2000, declaração de

pobreza.

Atribuiu à causa o valor de R\$30.000,00.

Regularmente citada, compareceu, a ré, à audiência inaugural, através de seu diretor administrativo, oportunidade na qual, rejeitada a tentativa de conciliação, ofereceu defesa escrita, tendo alegado em síntese: não houve trabalhado em período anterior à assinatura da CTPS, cabendo ao reclamante o ônus da prova; nunca houve labor em condições insalubres, tendo sido fornecido os EPIs com regularidade; não são devidas as horas extras, pois não houve elastecimento da jornada acima do limite legal; não faz jus o reclamante à estabilidade, cabendo a ele a prova de seu pretense direito.

Apresentou os seguintes documentos: preposição, procuração, ficha de entrega de EPI, demonstrativos de pagamento do período contratual reconhecido.

Houve determinação judicial de juntada, pela reclamada, dos cartões de ponto do autor, sob as penas da lei, o que não ocorreu.

Na audiência de prosseguimento, presentes as partes na forma da assentada anterior, foram colhidos depoimentos pessoais e ouvida uma testemunha. Após diversas discussões entre autor e réu, inclusive com ofensas verbais, tendo este juiz interferido várias vezes, com o intuito de acalmar os ânimos, dispensaram as partes a produção de outras provas, encerrando-se a instrução do feito, sob protestos do autor, que pretendia a realização de perícia técnica para a apuração da insalubridade.

Razões finais orais e nova rejeição da proposta conciliatória.

Tudo visto e examinado.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTOS

2.1 Do tempo anterior ao registro

A única testemunha ouvida se mostrou contraditória ao longo de seu depoimento. Declinou fatos em contradição com os indicados na petição inicial e com os narrados pelo reclamante. Demonstrou pouco conhecimento da realidade da prestação de serviços.

Informou, inicialmente, que foram admitidos em meados de 1999 como auxiliares de forneiro. Nenhuma referência foi feita pela testemunha quanto ao trabalho do autor como operador de máquinas, fato este declinado na petição inicial e ratificado no depoimento pessoal do reclamante. Depois afirmou que o início da prestação de serviço do autor se deu em meados de 2000, e não 1999, como havia dito anteriormente, demonstrando total desconhecimento acerca das condições em que era realizado o contrato de trabalho, tornando claras as contradições do depoimento e demonstrando sua fragilidade.

Pelas contradições e fragilidade do depoimento da testemunha, entendo que não foi feita prova robusta e concreta acerca da contratação anterior do autor, ônus que lhe incumbia, por se tratar de fato constitutivo do seu direito (art. 818/CLT e art. 333, I/CPC). Assim, não tendo se desincumbido o autor da prova do fato constitutivo do seu direito, prevalecem as anotações apostas na CTPS do

obreiro.

Razão pela qual, julgo improcedentes os pedidos formulados com base em contratação anterior ao registro.

2.2 Das horas extras

Pleiteia o autor o pagamento de horas extras sob a alegação de que cumpria jornada excedente do limite legal permitido. Afirma que todas as horas extras prestadas estão consignadas nos cartões de ponto.

Os recibos salariais não demonstram pagamento de horas extras. No entanto, a testemunha ouvida não soube informar o horário de trabalho do autor, afirmando, somente, contar a empresa com 56 empregados.

Não pode prosperar o pedido de horas extras formulado pelo reclamante, eis que não encontra qualquer suporte probatório nos autos. Nada há nos autos a provar as alegadas horas extras, sendo que o depoimento da única testemunha, nada acrescenta em favor do autor.

Assim, não tendo se desincumbido o autor da prova dos fatos constitutivos do seu direito (art. 818/CLT e 333, I/CPC), julgo improcedente o pedido de horas extras e reflexos.

2.3 Da insalubridade

O autor confessou, em seu depoimento pessoal, haver utilizado todos os equipamentos de proteção individual necessários para a neutralização de todos os agentes nocivos à saúde.

Além disso, a única testemunha ouvida informou que a função exercida pelo reclamante era de auxiliar de forneiro, e não operador de máquina.

Indefere-se, portanto, o pedido de pagamento de adicional de insalubridade.

2.4 Estabilidade

O reclamante comprovou haver sofrido acidente do trabalho na empresa. Conforme documento anexado, foi a ele concedida alta médica pelo INSS em 30/04/05. Assim sendo, realmente, goza o autor de estabilidade até 30/04/06.

No entanto, durante a instrução do processo, verifiquei haver total incompatibilidade entre as partes, que se alteraram diversas vezes, trocando, inclusive, ofensas verbais. Entendo que tal fato desaconselha a continuidade da relação de emprego, ficando, por esse motivo, indeferido o pedido de reintegração.

2.5 Do benefício da justiça gratuita

O reclamante requer o benefício da justiça gratuita sob o fundamento de que não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

Defiro o benefício vindicado, tendo em vista a declaração anexada aos

autos, nos termos do art. 790, §3º, da CLT.

3 - CONCLUSÃO

Isto posto, resolve a 6ª Vara do Trabalho de Contagem, julgar improcedentes os pedidos formulados na ação trabalhista proposta por JOSÉ EUGÊNIO GÊNIO em face de CAATINGA PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.

Custas pelo reclamante, no importe de R\$ 600,00, calculados sobre o valor arbitrado à causa, qual seja, R\$ 30.000,00, isento.

Intimem-se as partes.

Encerrou-se a audiência.

JUIZ DO TRABALHO

Questões Práticas:

Direito e Processo do Trabalho

1ª Questão: O Banco Dindim, maior instituição financeira localizada na Capital de um grande Estado da Federação, citado para pagar a dívida relativa à ação trabalhista movida por seu ex-empregado, José Correto, optou por garantir a execução nomeando um imóvel à penhora. Diante de tal situação, como advogado do empregado exequente, indicar o argumento que poderá ser apresentado para contrapor à garantia da execução com nomeação do imóvel.

2ª Questão: Maria Bom Destino trabalha na empresa RSP Ltda. desde 10/03/2001. A sua remuneração nos últimos dois anos permaneceu no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) procedidos os descontos legais. A partir de 01/05/05, o seu empregador passou a pagar-lhe mais R\$800,00 (oitocentos reais) sob a denominação de abono. Em 10/03/2006, Maria saiu para gozar as

suas férias relativas ao seu último período aquisitivo. Pergunta-se: qual será a base de cálculo para se apurar o abono de um terço das férias de Maria Bom Destino? Fundamente.

3ª Questão: Qual recurso caberá da decisão de um juiz que indefere o requerimento de uma das partes quanto à oitiva de sua testemunha em audiência?

4ª Questão: A empresa Liderança Ltda., que atua no ramo de transportes, contratou a Cooperativa Unidos Venceremos para prestar seus serviços fornecendo mão-de-obra para realizar o serviço de limpeza da empresa. Após sofrer fiscalização do Ministério do Trabalho, a empresa contratante foi autuada sob o argumento de se tratar de contratação ilícita. Você foi contratado pela empresa Liderança para apresentar defesa. Quais seriam os seus argumentos? Fundamente.

5ª Questão: Joana Angélica foi contratada para trabalhar em residência familiar no dia 05/03/1997, como cozinheira, preparando marmitas que sua empregadora vendia para a vizinhança. Teve sua CTPS assinada como empregada doméstica, sempre recebeu o 13º salário, teve o recolhimento previdenciário pago durante todo o período, sendo que não gozou férias a partir do período aquisitivo de 2002. Recebeu, como último salário, o valor de R\$ 600,00. No dia 02/04/06 recebeu aviso prévio, sendo seus serviços dispensados a partir de 02/05/06. Contudo, no momento do aviso, encontrava-se com quatro meses de gestação. Inconformada com a dispensa, e antes de receber suas verbas rescisórias, Joana procurou seu escritório de advocacia para saber quais parcelas teria direito. Indique os direitos trabalhistas devidos para Joana Angélica.

EXAME DE ORDEM

ABRIL / 2006

2ª ETAPA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Peça Profissional

Em função de chuvas abundantes, uma ponte, situada em

rodovia estadual de grande tráfego, vem a ruir, tornando necessária a utilização de desvio que aumenta o trajeto em cerca de 100 quilômetros. Aproveitando-se da situação, um proprietário de fazenda, localizada às margens da rodovia, facilita a passagem de veículos por suas terras, permitindo, assim, que os motoristas evitem o longo desvio. Para utilização do atalho é cobrado, por veículo, “pedágio” no valor de R\$ 30,00. Em face da repercussão da ocorrência, o Diretor Geral do Departamento Estadual encarregado da administração e manutenção das rodovias do Estado manifesta-se, publicamente, no sentido de que a entidade nada pode fazer para evitar a referida cobrança ou para amenizar o problema dos motoristas que utilizam aquele trecho da rodovia, a não ser, a reconstrução da ponte, cujas obras estarão finalizadas no prazo estimado de 90 dias.

O Governo do Estado, ciente, a seu turno, da posição externada pelo referido dirigente, solicita, à sua assessoria, parecer jurídico visando a confirmação daquela postura ou indicação de soluções para o problema.

Elabore o parecer em resposta à consulta.

Questões Práticas: Direito Administrativo

1ª Questão: Tanto a Constituição do Estado quanto a Lei Orgânica do Município de Santana da Cruz declaram tombada a Gruta da Cruz, importante sítio arqueológico localizado naquela cidade. Passados mais de dez anos da edição daquelas normas e diante da degradação do bem, causada pela atividade minerária intensa, uma associação, que se intitula ONG da Cidadania Ativa, requer ao Prefeito aplicação de punições da Lei de Tombamento. Poderá o Chefe do Executivo determinar que os órgãos de proteção do patrimônio histórico e cultural apliquem as sanções cabíveis, diante do tombamento instituído unicamente pelo legislador estadual e municipal?

2ª Questão: Arrependida de sua aposentadoria integral, por idade e contribuição,

Marluce Vilaverde requer ao Prefeito sua readmissão, alegando, como argumentos, a vacância do cargo público efetivo em que havia se aposentado e o precedente de Maurilho Arcanjo que retornou ao cargo em que se aposentou por invalidez, após ter se curado da moléstia que o incapacitou para o serviço público. Qual deve ser a resposta do Prefeito? E qual sua fundamentação?

3ª Questão: A nova modalidade licitatória de pregão tem sido saudada como importante instrumento de aperfeiçoamento do sistema público de contratação. A possibilidade de realização de lances e a inversão de etapas do procedimento são apontadas como as principais inovações a garantir o mencionado aperfeiçoamento. Em que consiste a inversão de fases e como a mesma incrementaria o processo licitatório?

4ª Questão: Em face da insuficiência do número de Procuradores, o Município de Vento-Sul contrata dois advogados de larga experiência forense e portadores, ambos, de títulos de especialistas em Direito Processual. A contratação é feita diretamente, mediante configuração de inexigibilidade de licitação, por notória especialização e tem por objeto o patrocínio de causas em que o Município figure como autor ou réu. Está correta a contratação direta? Explique sua resposta.

5ª Questão: Em que consiste a teoria dos Terceiros de “Boa-Fé” na invalidação do ato administrativo?

EXAME DE ORDEM

ABRIL / 2006

2ª ETAPA

DIREITO EMPRESARIAL

Peça Profissional

Luiza Silva, Antônio Silva, Maria Ester e Adir Lourival são credores da sociedade empresária MINERADORA NOVO SERRO LTDA., sediada na cidade do Serro/MG. Cada credor possui uma nota promissória no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Todos os títulos venceram em 1º de abril, sem que tivessem sido pagos. Em função disto, todos os credores promoveram o protesto competente para embasar um pedido de falência da sociedade devedora. Referido protesto não foi susinado, tampouco cancelado. Após inúmeras tentativas de receber o crédito amigavelmente, os devedores procuraram pelo único advogado comercialista da cidade e resolveram, conjuntamente, pedir a falência da sociedade devedora.

A ação foi proposta e distribuída para a 1ª Vara Cível do Serro/MG. Ao receber o processo, o juiz titular extinguiu-o sem julgamento de mérito, com base nos arts. 267, I e 295, V, do CPC. Asseverou, ainda, que o valor mínimo para propositura do pedido de falência deve se referir a cada um dos títulos individualmente e que tal processo não comporta listiconsórcio no pólo ativo da demanda, por falta de previsão legal. Argumentou, ainda, que a sociedade não possui outros protestos e muito menos outras ações executivas. Além disto, afirmou que a sociedade é por demais importante para o desenvolvimento da cidade, devendo ser aplicado o princípio da preservação da empresa, sopesando a importância social da sociedade e o pequeno valor da dívida, em face do volume de recursos injetado na cidade e movimentado pela sociedade devedora.

A decisão foi publicada no dia 12 de abril de 2006, dia em que não houve expediente forense. Nos dias 13 e 14 foram feriados e, portanto, não houve expediente forense.

Você foi procurado por todos os autores para elaboração da peça de recurso cabível.

Elabore a peça processual adequada, apresentando-a no último dia do prazo.

Questões Práticas: Direito Empresarial

1ª Questão: Raimundo Nonato se apresenta a você (advogado) e formula a seguinte consulta:

“Vendi uns móveis para Josafá Silveira, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e como ele não tinha dinheiro na hora, assinou uma nota promissória pra mim, no dia 1º de fevereiro de 2006, com vencimento para o dia 24 de março de 2006, deixando o valor em branco. Acontece que no dia 20 de março de 2006, o Sr. Josafá Silveira me procurou e pegou na loja mais alguns adornos. Falou que não tinha dinheiro na hora e que eu podia incluir o valor desta nova compra naquela venda anterior. Eu ainda não preenchi a nota promissória com o valor de nenhuma das compras. Se ele não promover o pagamento do título no dia certo, posso executar a nota e cobrar junto o valor de todas as compras ele fez?”

Responda ao questionamento de seu cliente, analisando todas as peculiaridades do caso.

2ª Questão: O Sr. Nordano Silva, Ricardo Silva, Alberto Silva e Carlos Silva são sócios de uma sociedade limitada empresária, cujo objeto social é compra e venda de bens móveis e imóveis. A administração da sociedade compete aos sócios Nordano e Ricardo, em conjunto ou isoladamente, podendo cada um assinar pela sociedade sem a presença do outro. Após terem acesso a publicação de balanços de concorrentes, resolveram capitalizar a sociedade. Em razão disto, os administradores resolveram vender vários bens imóveis de propriedade da sociedade. Os outros sócios, Alberto e Carlos, procuram por você e formulam a seguinte consulta: é legal o que os administradores da sociedade fizeram, vendendo bens imóveis da sociedade, sem a nossa autorização? Explique analisando todas as peculiaridades do caso.

3ª Questão: Tatiana Silva e Renata Silva são sócias da sociedade empresária TR PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA., cuja sede é em Armação dos Búzios/RJ. Tradicionalmente, no mês de julho, realizam na cidade da sede de sua sociedade um evento denominado “Blues e Jazz Festival”. A fim de se resguardarem, criaram uma marca mista e levaram-na a registro junto ao INPI. Ocorre que o órgão responsável concedeu o registro da marca à sociedade TR PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA., em 30 de setembro de 1998, sem direito de exclusividade dos elementos nominativos para a classe NCL 41, ou seja, organização e produção de eventos artísticos em geral.

Em visita à cidade de Belo Horizonte/MG, no feriado na semana santa, viram diversos anúncios publicitários de um evento semelhante ao que sua empresa organizou e com o mesmo nome - “Blues e Jazz Brasil Festival” - porém, com um logotipo bem diferente daquele utilizado em sua marca registrada. Curiosas com a situação, pesquisaram junto ao INPI e verificaram que uma empresa sediada na Capital Mineira também possui o registro de uma marca mista que contém os dizeres “Blues e Jazz Brasil Festival”, desde 20 de janeiro de 2006, porém, do mesmo modo sem direito de uso exclusivo dos elementos nominativos para organização e produção de eventos artísticos em geral. Tatiana e Renata procuram por você em seu escritório, pretendendo contratá-lo para impedir a realização do show, marcado para o mês de setembro de 2006. Diante

deste panorama, responda se tal pretensão é possível, analisando todas as peculiaridades do caso.

4ª Questão: A sociedade SEGUNDONA S/A tem capital social de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), formado em sua integralidade em dinheiro. Foram emitidas 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações ordinárias e 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações preferenciais com dividendo fixo. Todas as ações possuem valor nominal e são da forma escritural. O Estatuto da Companhia determina genericamente restrições ao direito de voto dos titulares de ações preferenciais. Além disto, determina que nos casos em que a lei conferir tal direito aos preferencialistas, cada uma dessas ações corresponderá à mesma quantidade de votos das ações ordinárias.

Embora a sociedade tenha obtido lucro em todos os exercícios, desde o ano de 2000, não distribuiu os dividendos devidos a nenhum dos acionistas, muito menos aos preferencialistas.

Será realizada uma assembléia geral amanhã, na qual será discutida a possibilidade de incorporação ou fusão da sociedade com uma de suas concorrentes.

Antônio Carlos, seu cliente, possui um lote de 10.000.00 (dez mil) ações ordinárias e 10.000.00 (dez mil) ações preferenciais. Indignado com a possibilidade de incorporação ou fusão da sociedade, seu cliente o procura e pergunta se poderá votar nesta assembléia e quantos votos terá à sua disposição. Responda ao questionamento do seu cliente, analisando todas as peculiaridades do caso.

5ª Questão: José Flávio de Almeida Magalhães, titular de ações preferenciais, sem direito de voto, admitidas a negociação no mercado de valores mobiliários, com a vantagem prevista no § 1º, III, do art. 17, da Cia Industrial Comigo Ninguém Pode, não aderiu à proposta do contrato de alienação de controle da cia., celebrado pelo controlador Everaldo Luciano de Quintas com a Indústria Naval Barco Furado S.A. Agora receoso de perder seu investimento, pretende ver garantido o direito ao pagamento de sua ações por valor equivalente ao pago ao controlador. Sua pretensão é possível?

